



COMISSÃO ESTADUAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MINAS GERAIS

Rod. Papa João Paulo II, 4001 – Bairro Serra Verde - Belo Horizonte – MG - CEP 31630-901.
Edifício Gerais – 2º andar - Telefones: (31) 3916-7997/3916-7294/3916-7304

ATA N.º 02 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESTADUAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1 Aos quinze e dezesseis dias do mês de junho de dois mil e dezesseis, às nove horas,
2 no sétimo andar da Casa de Direitos Humanos, situada à Avenida Amazonas, 558, no
3 Centro de Belo Horizonte, realizou-se a segunda reunião ordinária da Comissão
4 Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais (CEPCT-MG) com a
5 presença dos seguintes membros: João Carlos Pio de Souza, representante da
6 Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC),
7 Adriana P. Rodrigues, representante da SEDPAC e da equipe de apoio à Comissão;
8 Danilo Daniel Prado Araújo e Vandeli Paulo dos Santos representantes da Secretaria
9 de Desenvolvimento Agrário (SEDA); Cláudia Luz de Oliveira, representante da
10 UNIMONTES; Amanda de Jesus, representante da RURALMINAS); Leonardo Diniz
11 Reis Silva, representante do Instituto Estadual de Florestas (IEF), Marcia Campanharo
12 Zanetti, representante da EMATER; Renata Souza Seidl, representante da Secretaria
13 de Planejamento (SEPLAG); Silva Contreras, representante da SEDINOR; Myrto Áurea
14 de Lima, representante da Secretaria de Estado da Saúde (SES); Maira Moreira,
15 representante da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE); Fabrícia
16 Ferraz Mateus, representante da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e
17 Abastecimento (SEAPA); Flávio Rodrigo da Cruz, representante dos garimpeiros
18 faiscadores; Andreia Aparecida Felipe, representante dos Artesões e Tecelãs; Sandra
19 Maria da Silva Andrade, representante das comunidades quilombolas; Sula Kyriacos
20 Mavrudis, representante do povo de circo; Rogério da Conceição Silva, representante
21 dos pescadores artesanais; Deyvisson Felipe Batista Rocha, representante dos
22 caatingueiros; Cícero Ferreira de Lima, representante dos vazanteiros; Andreia Ferreira
23 dos Santos, representante dos apanhadores de flores sempre vivas; Orlando dos
24 Santos, representante dos geraizeiros; Jaime Alves dos Santos, representante dos
25 veredeiros; Jose Terêncio Braz e Hilário Correa Franco, representantes dos povos
26 indígenas; Mãe Rita Mametu Oiassimbelec, representantes das comunidades
27 tradicionais de Matriz Africana. Dos órgãos convidados estavam presentes: Luci



**COMISSÃO ESTADUAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MINAS GERAIS**

Rod. Papa João Paulo II, 4001 – Bairro Serra Verde - Belo Horizonte – MG - CEP 31630-901.
Edifício Gerais – 2º andar - Telefones: (31) 3916-7997/3916-7294/3916-7304

28 Espescht, representante da Superintendência do Instituto de Colonização e Reforma
29 Agrária em Minas Gerais (INCRA/MG); Pablo Matos Camargo, representante da
30 Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Luis Tarcízio, representante do Ministério Público
31 de Minas Gerais (MPMG). A convite da presidência da CEPCT-MG esteve presente na
32 reunião no senhor Henri Dubois Collet, Diretor de Áreas Protegidas do IEF.
33 Justificaram as ausências, Luana de Oliveira Barros, representante da Secretaria de
34 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) e Cássia Cristina
35 Silva, representante das comunidades quilombolas. Finalizada a apresentação dos
36 presentes passou-se à apresentação da pauta da segunda reunião ordinária da
37 Comissão: 1) leitura e aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária, realizada em
38 21/03/2016; 2) As unidades de Conservação, a legislação ambiental e as suas
39 interfaces com os povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais; 3) discussão e
40 aprovação da minuta do decreto que cria o procedimento para reconhecimento da
41 afirmação identitária, mapeamento de povos e Comunidades Tradicionais; e informes
42 sobre o Seminário com as Comunidades Quilombola de Minas; os IV jogos Indígenas
43 de Minas Gerais; o Fundo Estadual de Cultura. Inicialmente, o Presidente, Joao Carlos
44 Pio de Souza, cumprimentou os membros presentes, confirmou a existência de quorum
45 e solicitou à plenária a leitura da Ata da primeira Reunião Ordinária da CEPCT-MG
46 realizada em 21/03/2016, que após receber sugestões de alteração foi aprovada pela
47 plenária. Solicitando a palavra, Deyvisson, representado a sociedade civil, fez a leitura
48 de uma carta, construída durante a reunião das representações no dia 14/06,
49 apresentando as violações de direitos sofridas pelos povos e comunidades tradicionais
50 e com as reivindicações e sugestões de ações de políticas públicas junto ao Governo
51 do Estado de Minas Gerais. Em seguida os presentes, na forma de roda de conversa,
52 fizeram uma análise sobre a conjuntura considerando a realidade política, social e
53 econômica do país e do Estado de Minas Gerais. Finalizada essa atividade todos e
54 todas foram dispensados/as para o almoço, com retorno da reunião às 14h. Iniciando a
55 parte da tarde, João Carlos Pio de Souza, lembrou que para favorecer o diálogo com o
56 IEF, sobre os conflitos socioambientais e comunidades tradicionais em áreas de parque
57 no Estado de Minas Gerais, primeiro se escutará a apresentação do órgão e se



COMISSÃO ESTADUAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MINAS GERAIS

Rod. Papa João Paulo II, 4001 – Bairro Serra Verde - Belo Horizonte – MG - CEP 31630-901.
Edifício Gerais – 2º andar - Telefones: (31) 3916-7997/3916-7294/3916-7304

58 procederia à intervenção do pleno da CEPCT-MG para os questionamentos e os
59 esclarecimentos. O representante do IEF, Henri Collet, Diretor de Unidades de
60 conservação, que junto com o Leonardo Diniz, representante do IEF na Comissão,
61 apresentaram as legislações ambientais nacional, do SNUC, e a estadual. Durante a
62 exposição, Henri Collet, destacou que a atribuição do IEF é de cuidar das unidades de
63 conservação e a fiscalização dos parques é de responsabilidade da SEMAD. Finalizada
64 a exposição passou-se ao diálogo, quando particularmente Flávio, representante dos
65 garimpeiros faiscadores, o Cacique Bayara, representante dos povos indígenas, e
66 Sandra, representante das comunidades quilombolas, apresentaram a realidade e as
67 dificuldades dos povos e comunidades tradicionais em relação ao processo com tem se
68 dado a criação dos parques estaduais e as consequências para esses grupos. O
69 Cacique Bayara, diante do exposição do IEF apresentou a situação dos indígenas
70 Pataxó no Parque Estadual do Rio Corrente, no município de Açucena, e destacou a
71 necessidade da CEPCT-MG buscar junto aos órgãos do estado e à Empresa APERAN,
72 hoje Acelor Mittal, responsável pela área onde o parque foi criado. Respondendo à
73 alguns dos questionamento do Cacique Bayara, Henri Collet, informou que já fez várias
74 reuniões no Parque Estadual do Rio Corrente em busca das possíveis soluções do
75 conflito entre a gestão do parque e a aldeia Pataxó. Segundo Henri o parque foi criado
76 para pagamento de uma dívida da APERAN, entretanto a área ainda não foi totalmente
77 regularizada e passada definitivamente para o IEF. Sobre essa regularização que
78 existe, de fato, é apenas um decreto com os limites do parque definido e, atualmente a
79 gestão do parque é de responsabilidade do IEF. Renata Souza Seidl, representante da
80 SEPLAG, destacou que na elaboração dos planos de manejo dos parques seria
81 importante a inclusão da comissão estadual de povos e comunidades tradicionais.
82 Afirmou que o estado ao incluir os povos e comunidades tradicionais como patrimônio
83 precisa protegê-los, por isso precisam ser incluídas numa dinâmica sociocultural,
84 econômica e sustentável nos parques, o que é uma tendência em vários lugares do
85 mundo. Luis Tarcísio, representante do MPMG, resalta que existe marcos legais que
86 estão acima do SNUC, com a constituição federal e, sobretudo, a Convenção 169 da
87 OIT, que estabelece que os povos e comunidades tradicionais só podem sair do seu



**COMISSÃO ESTADUAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MINAS GERAIS**

Rod. Papa João Paulo II, 4001 – Bairro Serra Verde - Belo Horizonte – MG - CEP 31630-901.
Edifício Gerais – 2º andar - Telefones: (31) 3916-7997/3916-7294/3916-7304

88 território em caso excepcional, e no caso de Minas Gerais a lei 21.147/2014, no seu
89 artigo 4º, inciso VII, estabelece que o estado deve solucionar os conflitos decorrentes
90 da implantação de unidades de conservação. Somente a leitura do SNUC não resolve
91 os problemas, destaca Luis Tarcísio. Luci Espeschit, representante do INCRA, informa
92 que quando da realização do relatório antropológico se constata que a área pleiteada
93 pelas comunidades quilombolas compreende áreas de parque, e essa sobreposição
94 precisa ser equacionada com a discussão de caso por caso. Nesta situação temos o
95 caso do Quilombo da Lapinha com sobreposição com o parque estadual Lagoa do
96 Cajoeiro, Mata dos Crioulos com o parque Estadual do Rio Preto e o Parque Estadual
97 Pico do Itambé, e com unidades nacionais o caso do Quilombo do Mumbuca com a
98 reserva biológica da Mata Escura e o Quilombo de Vargem do Inhaí com o Parque
99 Nacional das Sempre Vivas. Com a palavra, Henri Collet, diz que o ideal é que se
100 resolva o problema encontrando uma solução, pois não é bom ficar empurrando.
101 Sugere que seja criada uma comissão que possa discutir especificamente a questão
102 dos conflitos socioambientais nas áreas de parque. Flávio, representante dos
103 garimpeiros faiscadores, observa que é preciso considerar que o povo tradicional é
104 territorialista e isso precisa ser considerado na resolução dos problemas. O Cacique
105 Bayara, representante dos povos indígenas, sugere que é preciso avançar no diálogo e
106 na busca de solução para os Pataxó e o Parque Estadual do Rio Corrente em Açucena,
107 pois não há acordo em relação à saída dos indígenas do território. Os indígenas
108 morrerão lá e não sairão. Disse que deixa esse recado para o governo. Cláudia Luz de
109 Oliveira, representante da UNIMONTES, afirma que é preciso compreender que há
110 uma enorme diferença entre comunidades tradicionais e posseiros em termos de
111 direitos, distinção que ficou bem clara quando se tratou na reunião de hoje sobre a
112 legislação e com a existência dessa Comissão Estadual de Povos e Comunidades
113 Tradicionais. Por isso é preciso pensar em solução com outros referenciais, pois o
114 exemplo de Porteirinha, aqui destacado pelo IEF, não serve para nós. Não existe para
115 as comunidades tradicionais essa coisa de terra a ser indenizada. Quem representa o
116 executivo, como o caso do Henri Collet e que tem um grande conhecimento pode
117 apresentar como alternativas outras áreas, que possam servir para o Estado usar como



COMISSÃO ESTADUAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MINAS GERAIS

Rod. Papa João Paulo II, 4001 – Bairro Serra Verde - Belo Horizonte – MG - CEP 31630-901.
Edifício Gerais – 2º andar - Telefones: (31) 3916-7997/3916-7294/3916-7304

118 áreas de conservação. Não dá para considerar como única alternativa a saída do povo
119 e os parques continuarem intocáveis. Danilo, representante da SEDA e Secretário-
120 Executivo da comissão, diz que estamos sempre nos deparando com as demandas dos
121 povos e comunidades tradicionais e a principal é o acesso à terra, depois desse vêm as
122 demais políticas públicas. Esse direito principal ainda é perseguido pela maioria das
123 comunidades. O momento nos oportuniza a dar um novo passo nessa política, na
124 relação, sobretudo, para dentro do governo. A abertura que o IEF dá e eu fico até
125 surpreso com as séries de possibilidades que o Hebri apresentou aqui para resolver o
126 problema do Parque Rio Correntes. E o IEF pode tem a SEDA com parceira neste
127 processo e é importante ter a presença na Comissão do Ministério Público que ajuda
128 balizar isso. Ter um protocolo é importante para indicar qual o rumo que devemos
129 seguir. O Ministério Público Federal através da 4ª e 6ª Câmara já nos oferece alguns
130 instrumentos que podemos seguir. *“O que precisamos nós já temos, as comunidades
131 diretamente atingidas, o estado disposto a colaborar, o INCRA, as diversas secretarias,
132 as universidades, a FUNAI e o Ministério Público. Acredito que temos que sair daqui
133 apontando quais são os conflitos socioambientais mais graves e buscar a solução para
134 alguns, embora não sei se iremos conseguir resolver todos, mas pelo menos um, dois
135 ou três temos que resolver”*. Destacou que é preciso maturar essa questão aqui no
136 âmbito da Comissão e para depois encaminhar a questão a outros níveis como a
137 secretaria de planejamento, a secretaria de governo e a assembleia legislativa para
138 buscar solução. Nós somos parceiros e precisamos verificar nos conflitos quais as
139 situações que são mais fáceis de resolver. Todas as unidades de conservação têm a lei
140 que a criou e depois temos a lei da própria unidade que é o plano de manejo. O plano
141 de manejo pode apontar para a forma como os povos e comunidades tradicionais irão
142 permanecer dentro dos parques. Nós já temos 17 planos de manejo em construção.
143 Dentro desses, tem conflitos que nós podemos discutir? Como poderemos interferir e
144 participar da discussão deste plano de manejo de modo a garantir a presença destes
145 povos lá dentro? Dependendo do que for não será necessário mudar a lei e
146 recategorizar as unidades. Quem sabe ampliar o plano de manejo saindo só da
147 discussão técnica e incorporar aqui nessa discussão da Comissão. Luis Tarcisio,



COMISSÃO ESTADUAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MINAS GERAIS

Rod. Papa João Paulo II, 4001 – Bairro Serra Verde - Belo Horizonte – MG - CEP 31630-901.
Edifício Gerais – 2º andar - Telefones: (31) 3916-7997/3916-7294/3916-7304

148 destaca a reflexão posta por Claudia da UNIMONTES sobre a legislação que considere
149 outras leituras que não só a que está no SNUC e que se deve considerar que há muita
150 violação de direito da parte de diversos órgãos do estado. Sugere que seja criado um
151 grupo de trabalho para tratar da questão dos conflitos socioambientais. João Carlos Pio
152 de Souza, presidente da Comissão, interfere dizendo que precisamos avançar nas
153 proposições com os encaminhamentos, pois algumas falas estão repetindo
154 observações anteriores. Por isso, para encaminhamento, propõem a criação de uma
155 câmara técnica, conforme estabelece o regimento interno da Comissão. No sentido que
156 resolução dos conflitos socioambientais informou que a Mesa de Diálogo e Negociação
157 realizou uma reunião para tratar do conflito entre a Comunidade Quilombola de Mata
158 dos Crioulos e a proposta de ampliação do Parque Estadual do Rio Preto e do Parque
159 Estadual Pico do Itambé. Para o encaminhamento do problema foi acolhida a proposta
160 do CODECEX de criação de uma câmara temática para buscar uma solução e que se
161 reunirá no dia 20/07/16 em Diamantina. Nessa reunião da Mesa de Diálogo e
162 Negociação, João Carlos Pio de Souza, destacou que, como são diversos conflitos
163 envolvendo os parques e as comunidades tradicionais, o estado precisará criar uma
164 normativa que possa ser utilizada nos diversos casos de conflito, dando tratamento
165 diferenciando em razão das particularidades da cada um. Para os encaminhamentos
166 dos conflitos socioambientais será preciso que a Comissão Estadual de Povos e
167 Comunidades Tradicionais dialogue com a Mesa de Diálogo e Negociação. Retomando
168 à proposta da criação da câmara técnica, João Carlos Pio de Souza, fez a leitura do
169 artigo 13 do regimento interno que estabelece o funcionamento da mesma e pergunta
170 se o pleno está de acordo com a proposta. Estando todos os presentes de acordo,
171 passou-se a indicação da composição da câmara técnica para tratar dos conflitos
172 socioambientais e as comunidades tradicionais nas áreas de parques em Minas Gerais.
173 A Câmara Técnica ficou assim composta: Andreia Aparecida Felipe, representante dos
174 Artesões e Tecelãs; Sandra Maria da Silva Andrade, representante das comunidades
175 quilombolas; Rita de Cassia P. V. Maciel, Hilário Correia Franco e José Terêncio Braz
176 (Cacique Bayara), representantes dos povos indígenas, Andreia Ferreira dos Santos,
177 representante dos apanhadores de flores sempre vivas, Deyvisson Felipe Batista



**COMISSÃO ESTADUAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MINAS GERAIS**

Rod. Papa João Paulo II, 4001 – Bairro Serra Verde - Belo Horizonte – MG - CEP 31630-901.
Edifício Gerais – 2º andar - Telefones: (31) 3916-7997/3916-7294/3916-7304

178 Rocha, representante dos caatingueiros; Sula Kyriacos Mavrudis, representante do
179 povo de circo, representações dos seguintes órgãos: SEDA, SEDPAC, SEMAD, IEF,
180 EMATER, UNIMONTES, INCRA, FUNAI, UFMG, SPU, CONSEA, MPMG e MPF. Em
181 seguida definiu-se que a reunião da Câmara Técnica será realizada no dia 15/07, em
182 Belo Horizonte, na Cidade Administrativa. Com a palavra o presidente da Comissão,
183 João Carlos Pio de Souza, lembra a todos que a pauta da reunião no dia 16 será a
184 análise e aprovação da minuta do decreto de certificação e mapeamento dos povos e
185 comunidades tradicionais de Minas Gerais. A reunião no dia 16 se iniciou com o
186 presidente saudando os presentes e apresentando a pauta do dia que foi a aprovação
187 da minuta do decreto de certificação e mapeamento dos povos e comunidades
188 tradicionais de Minas Gerais. Em seguida passou a palavra para Pablo Camargo, da
189 FUNAI, que fez a leitura da moção de repúdio ao massacre dos índios Guarani Kaiowá
190 ocorrido no Mato Grosso, que foi aprovada por todos e será enviada às organizações e
191 órgãos apoiadores e defensores dos direitos dos povos indígenas. Antes da leitura da
192 minuta do decreto de certificação e mapeamento das comunidades tradicionais, João
193 Carlos Pio de Souza, informa que durante a reunião do grupo de trabalho, aprovado na
194 reunião de 21 de março, avaliou-se que o mesmo não daria conta de tratar da questão
195 fundiária, pois para o momento é preciso ter um instrumento de certificação, bem como
196 o mapeamento dos povos e comunidades tradicionais. Hoje não temos conhecimento e
197 dados sobre o conjunto dos povos e comunidades tradicionais no estado. O que existe
198 são dados sistematizados por grupos de pesquisa da UNIMONTES e da UFMG, o
199 projeto desenvolvido pelo professor Aderval. O mapeamento é fundamental para que a
200 CEPCT-MG de posse de dados e informações possa ter condições para a construção
201 das políticas públicas para os povos e comunidades tradicionais. Após este
202 esclarecimento passou-se à leitura da minuta e a apresentação dos destaques, sendo
203 aprovada com algumas alterações pelos presentes e agora será encaminhada para a
204 construção da nota técnica para que a mesma siga para a sanção do governador. A
205 terceira reunião foi aprovada para realização nos dias 13, 14 e 15 de setembro, na
206 Casa dos Direitos Humanos, na cidade de Belo Horizonte. Em seguida, a Presidência
207 agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Sem mais nada a



**COMISSÃO ESTADUAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MINAS GERAIS**

Rod. Papa João Paulo II, 4001 – Bairro Serra Verde - Belo Horizonte – MG - CEP 31630-901.
Edifício Gerais – 2º andar - Telefones: (31) 3916-7997/3916-7294/3916-7304

208 relatar, eu, Danilo Daniel Prado Araújo, Secretário Executivo da CEPCT-MG, lavrei a
209 ata, que vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Belo Horizonte, 16 de junho
210 de 2016.

Danilo Daniel Prado Araújo
Secretário Executivo da CEPCT-MG

João Carlos Pio de Souza
Presidente da CEPCT-MG